

CAMPOS, N. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2008, 258p.

Diogo da Silva Roiz*

Apesar do rápido e intenso desenvolvimento das universidades brasileiras, a partir das décadas iniciais do século passado, não contamos ainda com uma história sistemática de sua introdução, fixação e desenvolvimento, de modo a circunstanciar projetos, locais, indivíduos, áreas e momentos decisivos para sua implantação no país.

A obra de Névio de Campos se insere no interior de um movimento que, nas últimas duas ou três décadas, tem se esforçado para resolver tal lacuna. Seu objetivo foi contar e detalhar os vários projetos e concepções que nortearam a implantação de universidades no país, tendo em vista a maneira como o debate foi apreendido e serviu de base para a sua fixação no estado do Paraná, com a institucionalização da Universidade Federal do Paraná, nos anos de 1950. Para abordar a questão, detém-se no projeto de Rocha Pombo de 1892 (no qual detalharia o papel das universidades no processo de renovação cultural do Paraná); no projeto de 1912 (em que se deu a implantação da universidade, centrando-se nas áreas técnicas e aplicadas); na proposta e implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1938, sob os auspícios do modelo católico na capital paranaense; e nas ações de 1946 a 1950, que confluíram na efetivação de uma ‘universidade orgânica’, por meio do processo de constituição da Universidade do Paraná em 1946, até sua federalização em 1950. Com isso, vinculou à ação do intelectual no processo de articulação dos projetos que deram base a criação e a consolidação da universidade na capital do estado, de acordo com a definição de Gramsci, como formador de concepções sobre o mundo e agente da mudança social, e por “mostrar-se mais competente para a [...] análise à medida que privilegiamos as funções dos intelectuais, suas iniciativas no campo político, na direção dos projetos educacionais e menos a sua formação e a sua obra literária, filosófica ou científica” (p. 13).

Com essa perspectiva, o autor sugere que a proposta de Rocha Pombo expressava alguns elementos da concepção humboldtiana, na qual a Universidade de Berlim (de 1810)

* Doutorando em História pela UFPR, bolsista CNPq. Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. E-mail: diogosr@yahoo.com.br.

constituiria a expressão mais acabada do modelo alemão; o projeto de 1912 se aproximaria e se inspiraria na experiência napoleônica, que teve na Universidade Imperial (1806), a base para o modelo francês; a proposta de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) em 1938, de cunho católico, basear-se-ia na Universidade de Louvain (de 1834), que representava a referência para a organização do ensino superior católico, em várias partes do mundo; e as discussões de 1946 até 1950 “postulavam a disputa entre os projetos defendidos pelo grupo de 1912 e pelo grupo de 1938” (p. 240). Para ele:

A experiência alemã estava alicerçada nas idéias de pesquisa e ensino, ou seja, era constituída por uma comunidade de professores, cujo objetivo era a busca da verdade, garantido pela unidade da pesquisa e do ensino e fundamentado nos princípios da liberdade de aprender e da liberdade de ensinar. O projeto napoleônico visava estabelecer um sistema universitário que estivesse sob o controle do Estado. Sob esse aspecto, objetivava difundir uma doutrina comum e assegurar um ensino profissional para a formação de professores, de médicos, juristas e preparar os indivíduos para servir ao projeto de nação. Nesse sentido, existia uma diferença fundamental entre esses dois projetos, pois para os prussianos o Estado não deveria interferir na organização pedagógica e ideológica da universidade; já para os franceses, o Estado centralizava em si as diretrizes do ensino superior. A experiência católica entendia que a educação era uma tarefa da família e da Igreja, isto é, o Estado não tinha o direito de educar, salvo se resguardasse os princípios da doutrina católica. Por conseguinte, o Estado não foi dispensado pelos católicos, ao contrário, era entendido como um possível e importante aliado para a consolidação dos seus projetos (p. 239).

Ao se debruçar sobre essa questão, e demonstrar como esses diferentes projetos se mesclariam nas iniciativas de implantação da universidade no estado do Paraná, o autor terá a preocupação de encadear tanto a apropriação dos debates nacionais e internacionais, nas discussões efetuadas em nível local e regional, como, na mesma medida, identificar os diferentes projetos e empreendimentos desenvolvidos, e de que maneira se apropriariam da experiência e dos modelos desenvolvidos em outros países. Nesse sentido, embora centralize sua análise sobre a experiência de implantação do ensino superior no estado do Paraná, identificando os vários projetos que se desenvolveram durante o período de 1892 a 1950, o faz reconstruindo a própria história dos debates sobre a criação das universidades no país, e, nesse ínterim, articulando a(s) proposta(s) paranaense, assim como sua fixação no estado, de modo a perscrutar as relações e articulações entre questões e discussões locais, regionais,

nacionais e internacionais. Sobre isso, demonstra que os projetos de universidade expressos pelas concepções humboldtiana (na Alemanha), napoleônicas (na França) e católicas (na Bélgica), foram, nesse momento, fundamentais não só no Paraná, mas em várias partes do país.

Com propriedade, ampara-se sobre os mais diversos documentos para procurar reconstituir o processo, em que se deu a criação e as alterações dos modelos que vieram a consolidar a universidade na capital do estado do Paraná, desde livros e artigos, a anuários e jornais, diários e cartas, atas e discursos, perfazendo um *corpus* documental altamente diversificado, mas muito bem articulado ao redor dessa problemática comum em todos eles. Assim, o fez ao proceder à análise da trajetória de Rocha Pombo e averiguar os caminhos que o levaram a elaborar um projeto de implantação de universidade no estado em 1892, depois pelo grupo de 1912, ao de 1938, e as discussões de 1946 a 1950. Para ele:

No projeto universitário de Rocha Pombo não houve indicação da criação da Faculdade de Filosofia. No entanto, esse intelectual acreditava que a Filosofia constituía o projeto da humanidade de busca da verdade, ou melhor, a Filosofia se caracterizava pela procura da verdade, pois ele não associava a Filosofia ao encontro da verdade; para ele, o filósofo não tem a verdade, mas está a procura, porém essa busca é permanente. Por outro lado, a Ciência é a consubstanciação das verdades apuradas pela Filosofia. Não obstante, as verdades científicas não são perenes. Por isso, Rocha Pombo dizia que Petrucello acreditava na Filosofia e não na Ciência Humana. Se considerarmos essa reflexão, é possível sustentar que a Filosofia ocupava no seu projeto cultural a centralidade da formação humana. O pensamento prussiano estabelecia a importância da filosofia na formação universitária. Esse intelectual paranaense, por sua vez, não estava propondo a Faculdade de Teologia. Mesmo assim, o seu projeto expressava o ideário universalista à medida que contemplava as Letras, as Ciências, a Formação Técnico-Profissional e a formação de professores no programa universitário (p. 69).

No caso do grupo de 1912, onde se encontravam figuras como Vitor do Amaral e Nilo Cairo, e que fundou a universidade, com base nas áreas técnicas, este “expressava essa assertiva à medida que postulava o papel fundamental do Estado-Nação no processo de constituição da nacionalidade brasileira”, mas esse “modelo de estado deveria ser dirigido pelo homem da ciência” (p. 130). No caso da criação da FFCL em 1938, a “formação do professor secundário [...] representou para o grupo católico um meio significativo para promover uma educação alicerçada nos princípios de sua filosofia, pois grande parte do quadro docente tinha

vinculação com o pensamento católico” (p. 194). Em outra extremidade, para ele:

As ações dos intelectuais envolvidos no processo de federalização da UP [Universidade do Paraná] sustentavam a tese de que o ensino superior, ou melhor, a constituição de uma universidade moderna, portanto, capaz de efetivar os projetos nacionais, deveria estar sob o controle do Estado. Assim sendo, esses intelectuais estavam integrados à tendência que a partir de 1930 passou a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, pretendendo identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. A sociedade civil foi entendida como esfera conflituosa e fragmentada; já o Estado corporificava a ideia de ordem, organização, unidade, sendo o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social. Nesse aspecto, a constituição da nação era atribuição do Estado, esfera ocupada pelas elites intelectuais e políticas que se definiam portadoras das verdadeiras expressões de uma política superior, e à universidade cabia estabelecer a formação dessa elite intelectual (p. 237).

Nesse aspecto, os grupos de 1912 e de 1938, e as suas disputas de poder no período de 1946 a 1950, que acabaram por federalizar a universidade, tinham no Estado um dos pólos organizadores do processo, embora sua maior ou menor centralidade fosse aumentando gradativamente após 1930, com as reformas da educação em todos os níveis e graus. Se seu amparo teórico e metodológico em Gramsci, quanto ao conceito de intelectual, pode ser caracterizado como operacional em todos os pontos de sua pesquisa, há espaço para se questionar que o modelo de intelectual aqui proposto, centrou-se no tradicional, e não no orgânico, vindo diretamente e do interior dos movimentos de massa. Tal fato deve-se notar, não está distanciando-se ou em desacordo com as propostas do autor, tendo em vista que se alocasse esses dois modelos, poderia ter demonstrado com maior propriedade a tensão sobre os próprios modelos de Estado, Nação, Universidade e até de intelectual em disputa no período, para forjar as identidades coletivas e estabelecer a manutenção das classes dirigentes no país. Mas, evidentemente, essa pequena fragilidade não diminui os méritos desse excelente estudo sobre os projetos de universidade, que centrado sobre o Paraná, soube muito bem cotejar os espaços e momentos dos debates nos níveis local, regional, nacional e internacional.